Revista Multidisciplinar do Nordeste Mineiro, v.3

2021/02

ISSN 2178-6925

ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM NA ATENÇÃO PRIMÁRIA COMO INSTRUMENTO DE REDUÇÃO DA MORTALIDADE MATERNA

ASSISTANCE AGAINST INFRACTIONS IN PRIMARY CARE AS AN INSTRUMENT TO REDUCE MATERNAL MORTALITY

Daniela Soares de Jesus
Acadêmica do 10º Período do Curso de Enfermagem pela Faculdade Presidente Antônio Carlos de Teófilo Otoni. E-mail: danielajesusdeto@hotmail.com

Fernanda Magalhães Duarte Rocha
Enfermeira, Mestre em Gestão Integrada do Território, Especialista em Saúde da Família, Saúde da Mulher, Auditoria em Sistemas de Saúde, Professora do curso de Medicina da Universidade Vale do Rio Doce. E-mail: fernanda.rocha@univale.br

Louise Winkelstroter
Acadêmica do 10º Período do Curso de Enfermagem pela Faculdade Presidente Antônio Carlos de Teófilo Otoni. E-mail: louise_winkelstroter@hotmail.com

Sheila Souza Pinheiro
Enfermeira, Especialista em Saúde Pública com Ênfase em PSF, Professora Titulada Faculdade Presidente Antônio Carlos de Teófilo Otoni E-mail: sheilaspmg@hotmail.com

Recebido: 29/09/2021 – Aceito: 10/10/2021

Resumo

A gravidez é um fenômeno idiossincrático. O período que compreende a gestação, parto e puerpério é considerado vultoso e significativo na vida da mulher, que experimenta um contexto de transformações físicas, psicológicas e socioeconômicas, por esta razão é fundamental prestar uma assistência qualificada com propósito de prevenir agravos à saúde, minimizar os riscos e preparar a mesma para lograr desta fase, como a adaptação e preparo para o desempenho das funções em relação ao novo membro da família. O ciclo gravídico puerperal é um processo complexo podendo causar tanto situações positivas quanto negativas. A mortalidade materna é uma realidade que apresenta índices elevados de óbitos, envolvendo mulheres durante ou após o período gestacional. Isto destaca a relevância do tema a assistência de enfermagem na atenção primária como instrumento de redução da mortalidade materna. Para tanto objetivou-se destacar a importância do trabalho desenvolvido pelos profissionais de enfermagem, na prestação da assistência na Atenção Primária como um mecanismo para a redução desses índices de mortalidade, visto que é nesse ambiente que o enfermeiro possui autonomia regulamentada por lei para prestar o cuidado qualificado, estando atento à garantia da continuidade da assistência por meio de estratégias para facilitar a efetivação do processo de enfermagem e, com isso, a identificação de comorbidades que

possam vir a colocar em risco a saúde da mulher. Para alcançar o objetivo proposto elegeu-se como metodologia uma revisão bibliográfica, de cunho qualitativo, o qual permitiu uma reflexão crítica das possibilidades que externam as evidências, que possam articular uma visão acerca dos motivos desencadeadores da mortalidade materna e, como a enfermagem pode contribuir para evitar seu significativo aumento. Ao final compreendeu-se que esse tipo de problema evidencia a fragilidade do sistema de saúde público, externando as dificuldades enfrentadas pelos profissionais de enfermagem para desempenhar um bom trabalho.

Palavras-chave: Assistência. Autocuidado. Enfermagem. Mortalidade Materna.

Abstract

Pregnancy is an idiosyncratic phenomenon. The period that includes pregnancy, childbirth and the puerperium is considered wide and significant in the life of women, who live in a context of physical, psychological and socioeconomic changes, therefore it is essential to provide qualified care to prevent health problems, minimize risks and prepare them to achieve this phase, such as adaptation and preparation for the performance of functions in relation to the new member of the family. The pregnancy-puerperal cycle is a complex process that can generate both positive and negative situations. Maternal mortality is a reality that presents high mortality rates, involving women during or after the gestational period. This highlights the relevance of the issue of nursing care in primary care as an instrument to reduce maternal mortality. Therefore, the objective was to highlight the importance of the work carried out by nursing professionals in the provision of care in Primary Care as a mechanism to reduce these mortality rates, since it is in this environment that the nurse has the autonomy regulated by law to provide qualified care, paying attention to ensuring the continuity of care through strategies that facilitate the implementation of the nursing process and, therefore, the identification of comorbidities that may put women's health at risk. To achieve the proposed objective, a qualitative bibliographic review was chosen as the methodology, which allowed a critical reflection of the possibilities that externalize the evidence, which can articulate a look at the triggering causes of maternal mortality and how nursing can contribute to avoiding its significant increase. In the end, it was understood that this type of problem highlights the fragility of the public health system, expressing the difficulties that nursing professionals face to do a good job.

Keywords: Assistance. Self-care. Nursing. Maternal Mortality.

1. Introdução

A gravidez é concebida como um momento de transição, em decorrência às modificações fisiológicas caracterizadas como as mais expressivas alterações que o corpo humano condensa, suscitando em adaptações metabólicas e psicossociais.

Quental et al (2017, p. 5372) enfoca que, o período gestacional é o momento único na vida da mulher de grandes e importantes modificações em todas as esferas de sua vida.

A mortalidade materna é um problema de ordem pública, que atinge mulheres durante o seu período gestacional, ou até mesmo após o termino da mesma. Dias et al (2015, p. 173) confirma, dizendo que, “a mortalidade materna, definida como a

morte durante a gravidez ou no prazo de 42 dias após o final da gestação, é um problema de saúde pública global". Este é um indicador importante para analisar a saúde das mulheres, o desenvolvimento econômico e as desigualdades sociais em uma população.

Diante do exposto definiu-se como tema a assistência de enfermagem na atenção primária como instrumento de redução da mortalidade materna, pois os altos índices de óbito no país reforçam a idéia de que ainda há muito a ser feito em prol de um pronto atendimento de saúde eficiente e eficaz, e que a apreciação do trabalho desempenhado com competência e autoridade por parte dos profissionais de saúde deve ser considerado prioridade.

Além disso, outras discussões que justificam a importância do tema é que as ações do enfermeiro, principalmente no que se refere ao desenvolvimento de estratégias e planejamento, são ações fundamentais como opção para impactar e reduzir os indicadores da morbimortalidade materna. A importância do desenvolvimento de estratégias e planejamento por parte da enfermagem pode evitar que muitas gestações cheguem a níveis perigosos, possibilitando uma condição de óbito para a gestante.

Em consonância com a Lei 7498/86 que regulamenta o exercício profissional da Enfermagem, entende-se que o enfermeiro junto à equipe multidisciplinar e inserido na Atenção Primária de Saúde (APS) é o principal responsável por medidas de prevenção dos indicadores pertinentes à morte materna por causas preveníveis (BRASIL, 1986).

Nessa perspectiva indaga-se: como a assistência da enfermagem na atenção primária pode contribuir para a redução dos índices de mortalidade materna?

Para responder ao questionamento, optou-se por um estudo qualitativo realizado através de um levantamento bibliográfico, permitindo uma reflexão crítica das possibilidades que externam as evidências, que possam articular uma visão acerca dos motivos desencadeadores da mortalidade materna e, como a enfermagem pode contribuir para evitar seu significativo aumento. Para isso, a produção textual será fomentada de acordo com publicações de artigos e trabalhos científicos, baseado em estudos realizados nas duas últimas décadas, oriundos de

bibliotecas digitais, das páginas virtuais de faculdades e universidades, bem como diretamente das páginas de revistas e periódicos científicos ligados ao tema, tendo em sua maioria, trabalhos pesquisados no banco de dados do portal de revistas brasileiras online, através do site da Scielo.

Como base em fundamentação teórica, e como forma de apresentar a relevância ao trabalho desenvolvido pelo enfermeiro, também será abordada a Teoria do Autocuidado de Dorothy Orem, representando uma relação direta com a prática assistencialista, associando o autocuidado com a orientação. De acordo com a definição de Foster et al (1993, p.98), essa teoria "é um método de determinação das deficiências de autocuidado e a posterior definição dos papéis da pessoa ou enfermeiro para satisfazer as exigências de autocuidado".

1.1 Objetivos

O artigo visa promover a assistência de enfermagem no âmbito da APS como ferramenta estratégica na redução dos índices de mortalidade materna. Baseado nessa premissa apresenta-se a oferta da assistência de forma progressiva e integral, atuando no planejamento estratégico para a realização de ações educativas, eliminando os riscos, por meio de projetos, visando à redução das taxas de mortalidade materna e o ajustamento de condutas de proteção aos direitos da mulher.

A proposta é conceituar e descrever algumas das principais causas da mortalidade materna, buscando compreender as práticas estabelecidas nesses casos, para então, associar o papel da enfermagem neste âmbito, enfatizando a sua importância na APS, evidenciando a aplicabilidade do enfermeiro dentro do ambiente da Estratégia Saúde da Família (ESF), respeitando sua autonomia e conhecimento especifico.

Apresentar o profissional de saúde como agente provocador do autocuidado com pacientes gestantes, desde a atenção primária, a fim de prevenir possíveis patologias ou complicações que possam tornar a gravidez, um processo de alto risco.

Para enfim, considerar uma análise e discussão dos dados apresentados, confrontando idéias e argumentos, buscando chegar a um senso comum acerca do que o artigo propõe.

.

2. Entendendo a Mortalidade Materna no Brasil

A mortalidade materna pode ser definida como a morte de mulheres durante a gestação ou dentro de um período de 42 dias após o término da mesma, independentemente do tempo ou da localização da gravidez (SCARTON et al, 2020, p. 3).

As causas da mortalidade materna, normalmente estão representadas entre dois campos de análise. As mortes maternas obstétricas diretas, que pressupõem problemas ocorridos durante a gestação em decorrência de hemorragias ou complicações desenvolvidas a partir do processo gravídico. As causas diretas são ditas com maior evitabilidade, já que em muitos casos, o óbito é conseqüência de uma abordagem do sistema de saúde com atendimento de baixa qualidade.

De acordo com Blencowe et al (2016 apud Scarton et al, 2020, p. 9), por ser evitável, as mortes maternas por causas diretas podem ser consideradas como uma violação dos direitos humanos. Para os autores, o Brasil está com média acima do que foi proposto pela ONU, conforme dados destacados a seguir:

Segundo a média, cerca de 40% a 50% das causas para a mortalidade materna podem ser consideradas evitáveis, no Brasil os índices se mantiveram elevados a Razão de Mortalidade Materna (RMM) foi de 59,1 óbitos para cada 100 mil nascidos vivos em 2018, um número acima das metas firmadas com a Organização das Nações Unidas (ONU). A prioridade dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) é diminuir o número de 30 óbitos para cada 100 mil nascidos vivos até 2030 (SCARTON et al, 2020, p. 3).

Já as causas indiretas denotam uma condição de comorbidades pré gravidez, ou seja, as gestantes já vêm apresentando certas doenças antes de ficarem grávidas, e com isso, o ciclo gravídico-puerperal requer maior atenção.

2021/02

ISSN 2178-6925

> As causas da morte materna no Brasil são devidas, em mais de 90% às causas obstétricas diretas e em menos de 10% às causas obstétricas indiretas. Dentre a obstétricas diretas destacam-se as doenças Hipertensivas Específicas da Gravidez, as Hemorragias, as Infecções Puerperais e os Abortos, causas estas que evidenciam a importância da prevenção e de um atendimento pré-natal adequado (TANAKA, 1998 apud RICHARTZ, 1999, p. 10).

Nas palavras de Scarton et al (2020, p. 7), “as causas indiretas são consideradas menos evitáveis, pois resultam de doenças pré-existentes à gestação, que se agravaram pelos efeitos fisiológicos da gravidez.

Para Ferraz e Bordignon (2012, p. 536), na década de 2000, entre as principais causas dos óbitos maternos, identificou-se maior prevalência de outras doenças da mãe, complicando a gravidez, o parto e o puerpério, tais como a eclampsia e a hipertensão gestacional com proteinúria significativa.

A maioria dos estudos aponta que a mortalidade materna tem maior abrangência em áreas de pouca infraestrutura e zonas carentes da qualidade de educação e saúde. Normalmente tais ocorrências são oriundas de países em desenvolvimento, com assistência primária ineficiente e carência de recursos obrigatórios.

Essa narrativa é corroborada nas palavras de Viana, Novaes e Calderon (2011, p. 150), quando os mesmos afirmam que, “a mortalidade materna continua sendo uma epidemia que atinge os países em desenvolvimento e, em especial, as mulheres de classe econômica menos favorecida”.

É notória a influência política envolvida dentro desse assunto, a maioria das pesquisas sinaliza para um descaso por parte das autoridades, no que tange ao abastecimento e estruturação do sistema de saúde em questão.

Dias et al (2014, p. 14) deixa claro que, “A morte materna no Brasil é reflexo da má qualidade dos serviços de saúde e da assistência prestada à gestante durante o ciclo gravídico – puerperal”.

Em concordância, corrobora-se a afirmativa considerando-se que, “o óbito materno está diretamente relacionado com as condições de vida da população, com disparidade importante entre as diversas regiões socioeconômicas” (VIANA, NOVAES & CALDERON, 2011, p. 141).

Os altos índices de mortalidade materna se associam diretamente ao modo de vida das gestantes, normalmente, o número de óbitos é maior em mulheres solteiras, sem família estruturada, principalmente em mulheres com baixa escolaridade.

Segundo Ferraz e Bordignon (2012, p. 533), “a escolaridade também é uma variável que deve ser considerada na atenção à saúde da mulher, pesquisas mostram, de forma contundente, que as mulheres com menor escolaridade são as maiores vítimas da mortalidade materna”.

Vale ressaltar, que nada disso isenta as autoridades da parcela de culpa em permitir que os números alarmantes de óbitos maternos cheguem a patamares tão altos. A negligência em disponibilizar recursos com equipamentos, exames, materiais hospitalares e profissionais qualificados no atendimento às gestantes, classifica a classe governamental como influenciadores diretos para essa tragédia.

Scarton et al (2020, p. 11) ainda reforça que “a fragilidade na oferta de tais recursos, tanto na atenção básica como na atenção hospitalar são freqüentemente responsáveis pelos desfechos das mortes maternas”.

3. O Papel da Enfermagem na Atenção Primária e Autonomia Profissional

A atenção primária caracteriza um momento de grande importância para o ciclo gestacional de uma mulher, ela representa o contato inicial e a primeira impressão a ser reconhecida no âmbito da enfermagem.

A intervenção direta logo no início, em conformidade com as necessidades da grávida, pode diagnosticar possíveis patologias com antecedência e permitir que situações de alto risco possam ser evitadas, ou melhor, assistidas e tratadas.

Gestação de Alto Risco pode ser entendida como aquela na qual a vida ou a saúde da mãe e/ou do feto e/ou do recém-nascido têm maiores chances de serem atingidas que as da média da população considerada. (BRASIL, 2012 apud SANTOS et al, 2013).

Ao profissional de enfermagem cabe essa função, seu papel na APS representa o exemplo de cuidado que o paciente deve ter, a fim de aceitar sua condição atual e vivenciar todo aquele processo com maior tranqüilidade.

A atuação dos profissionais de enfermagem denota organização e planejamento, além de foco na manutenção da saúde e no bem-estar dos pacientes. Uma equipe bem estruturada e organizada transcende a natureza do saber especifico da enfermagem, fundamentado pelo conhecimento em associação com a empatia.

Ferreira, Périco e Dias (2017, p. 753) explicam que, “dentre a gama de atividades desenvolvidas na APS por este profissional, a consulta de enfermagem é considerada uma das mais relevantes”.

Os autores ainda ressaltam que:

> A APS é um campo muito amplo e o enfermeiro precisa dominar diversas habilidades para realizar seu trabalho com efetividade, tais como: gerenciamento do seu processo de trabalho, raciocínio clínico e abstrato, planejamento, comunicação, administração do tempo, conhecimento técnico científico da área (saúde da criança, saúde da mulher, doenças infectocontagiosas, gestação, imunização, saúde mental, cuidado com lesões de pele, hipertensão, diabetes, entre muitas outras). (FERREIRA, PÉRICO & DIAS, 2017, p. 755).

Umas das ações mais importantes da enfermagem na APS, levando em consideração o ciclo gravídico, é a consulta pré-natal. Suas atribuições enfocam a orientação e o planejamento estratégico oferecendo à gestante toda informação necessária, fundamental para um bom andamento do seu período gestacional.

De acordo com Dias et al (2014), o pré-natal quando realizado de forma eficiente na atenção básica pode favorecer a redução de complicações durante a gestação, bem como facilitar a atuação dos especialistas na sala de parto.

Segundo Neme (2000 apud Dias, 2014) é através do pré-natal que é possível prevenir a saúde da mulher, em seu período de gravidez, buscando a redução dos índices de mortalidade.

De acordo com Viana, Novaes e Calderon (2011, p. 141), as medidas de prevenção associadas a diagnóstico e tratamentos precoces e adequados são fatores benéficos na redução dos óbitos maternos.

Externando seu papel orientador, o enfermeiro alia cuidado e informação, suprimindo as possibilidades de ações que possam gerar problemas para a gestação.

Para Quental et al (2017, p. 5378), “o enfermeiro, enquanto profissional transdisciplinar do cuidado assume importante papel como educador em saúde”. Das atribuições do profissional de enfermagem, a orientação e o cuidado são pontos “chaves” na assistência prestada à pacientes gestantes.

O enfermeiro tem capacidade e autonomia para gerir as ações prioritárias na APS, proporcionando maior efetividade na promoção da saúde, favorecendo o diagnóstico preventivo e antecipando possibilidades de tratamentos necessários.

A autonomia profissional representa a liberdade em desempenhar com dinamismo e confiança as atribuições que lhes são respaldadas por lei. Ao profissional de enfermagem, cabe destacar a multiplicidade de suas funções, em torno dos aspectos variados da natureza de suas obrigações.

Segundo Caçador et al (2015, p. 613), o profissional de enfermagem possui atribuições variadas que, no seu conjunto, contemplam desde a organização das atividades da ESF, o funcionamento do centro de saúde, até a assistência direta ao indivíduo, família e comunidade.

> A Política Nacional de Atenção Básica atribui à enfermeira a realização de consulta de enfermagem, atividades assistenciais e educacionais em grupo, procedimentos, solicitação de exames complementares, prescrição de medicações e encaminhamentos a outros serviços, ressaltando, entretanto, a necessidade da regulamentação de tais ações em protocolos federais, estaduais ou municipais (BRASIL, 2017 apud PEREIRA & OLIVEIRA, 2018, p. 632)

Nas palavras de Pereira e Oliveira (2018, p. 628), “a autonomia representa um avanço profissional, que permite tomar decisões independentes, baseadas em conhecimentos científicos, que geram satisfação profissional”.

Infelizmente a autonomia do enfermeiro ainda é pouco consolidada, são poucos os estudos que abordam essa temática, e existem ainda, muitas informações divididas.

Segundo Chaves et al (2014), ao mesmo tempo em que o número de estudos sobre a autonomia do enfermeiro é pequeno e pouco explorado, algumas perspectivas já vêem essa autonomia como algo real, fruto dos esforços da categoria.

A autonomia do enfermeiro é conquistada aos poucos e vai ganhando respaldo à medida que o profissional da enfermagem busque mais conhecimento e capacitação para gerir suas atribuições com liberdade.

4. A importância do Planejamento Familiar e Educação Continuada

Todo profissional, seja de qualquer área, só alcançará a excelência de suas funções a partir do momento em que esteja sempre buscando o conhecimento. Na enfermagem não é diferente, quanto maior a capacitação e o conhecimento, maior será sua autonomia e amplitude profissional.

Dentro da APS, o enfermeiro deve ser dinâmico e conhecedor máximo de suas funções. A equipe de trabalho deve ser preparada, e estar constantemente buscando aperfeiçoamento e novas aprendizagens. É indispensável a performance de uma equipe capacitada e com conhecimento para realizar suas atribuições (CARVALHO, 2020, p. 6).

Para Silva, Conceição e Leite (2008, p. 49), “é de fundamental importância o constante aprimoramento dos profissionais de saúde, ressaltando-se o papel do Serviço de Educação Continuada dentro das instituições, bem como o entendimento que as equipes de trabalho têm a respeito desse serviço”.

O “leque” de atribuições que o enfermeiro deve ser capaz de desempenhar reforça sua importância e justifica a necessidade de estar sempre buscando se inovar. Quanto maior a diversidade de conhecimento e especializações, maior será sua autonomia frente às adversidades enfrentadas na APS

Ferreira, Périco e Dias (2017, p. 755) reforçam, considerando que, “relacionando a gama de atividades que competem ao enfermeiro que atua na APS, considera-se a necessidade de que esse profissional seja capaz de ser ao mesmo tempo um especialista em interagir com as várias áreas para a tomada de decisão”.

Silva, Conceição e Leite (2008, p. 54) propõem que a educação continuada configure uma oportunidade de desenvolvimento das pessoas, ou seja, uma ferramenta de promoção pessoal, que assegure a qualidade do atendimento aos clientes, devendo, também, ser voltada para a realidade institucional e a necessidade das pessoas.

O enfermeiro engajado nas atribuições da APS encontra-se perante um campo muito amplo e em processo constante de aprendizagem e qualificação, seja na prática clínica, na atuação educativa individual e coletiva ou na atuação gerencial (FERREIRA, PÉRICO & DIAS, 2017, p. 756).

Uma das atribuições que o enfermeiro desempenha é a construção de estratégias que possam auxiliar a gestante durante o todo o processo de gravidez, prevenindo situações de alto risco. Para tal, é preciso conhecer seu paciente, entender seu meio familiar e suas características, promover interação e orientação, que possa gerar confortabilidade para a futura mamãe, em condicionamento da proximidade com sua família.

> Planejamento familiar é o conjunto de ações que visa informar e orientar homens e mulheres que desejam construir uma família, ou até mesmo aqueles que querem evitar uma gravidez, não devendo ser compreendido apenas no âmbito da utilização de métodos anticoncepcionais, pois acaba distorcendo o seu verdadeiro conceito na Atenção Básica (MENEZES & LEITÃO, 2017).

Os autores complementam ainda que:

> É importante que a comunidade saiba que, querer ter um filho também faz parte de um planejamento, e o enfermeiro deve atuar em todos os âmbitos com planos de educação em saúde, conseguindo realizar buscas ativas dessas pessoas necessitadas de informações e orientações (MENEZES & LEITÃO, 2017)

Essas estratégias representam uma forma de acolhimento e cuidado com a mulher e seu bebê, além disso, denotam orientação e aprendizagem, oferecendo às mulheres acesso à informação e conhecimento a respeito da sexualidade, dos métodos contraceptivos, das doenças sexualmente transmissíveis, ou seja,

informações que possam prevenir gestações futuras indesejadas e conseqüentemente, possibilidades de óbito materno.

"O planejamento familiar se configura como uma forma de assegurar aos cidadãos, acesso à informação, aos serviços de saúde, aos métodos contraceptivos eficazes e seguros, de maneira a permitir uma sexualidade segura e saudável, assim como decidir se querem ou não ter filhos" (ROCHA et al., 2017 apud CASTRO, LOPES & FARIAS, 2020, p. 308)

> O Ministério da Saúde elaborou em 2004, a Política de Assistência Integral à Saúde da Mulher, que entre os seus objetivos, destaca-se a implantação e implementação da assistência em planejamento familiar, por meio da oferta de métodos anticoncepcionais para a população em idade reprodutiva e o acesso das mulheres às informações sobre as opções de métodos anticoncepcionais (BRASIL, 2004 apud CASTRO, LOPES & FARIAS, 2020, p. 308)

De acordo com Castro, Lopes e Farias (2020), a APS é melhor lugar para transmitir informações e orientações acerca da anticoncepção, em foco do planejamento reprodutivo. Cabe ao enfermeiro propor ações de orientação e acesso à informação que possa exprimir a possibilidade da construção de um planejamento familiar, oferecendo práticas educacionais de aprendizagem que permitam uma maior dinamização dos dados apresentados.

Para isso é imprescindível ter conhecimento dos preceitos teóricos da enfermagem, buscando dados que possam embasar suas aplicações práticas e que sirvam de orientação respaldada para estruturar suas orientações. Nesse quesito, a abordagem do autocuidado pode facilitar a aceitação e o aprendizado de quem está sendo atendido.

5. Contribuições da Teoria do Autocuidado

A teoria do autocuidado, de Dorothy Orem, visa empreender nos pacientes a concepção de que ele mesmo possa ser capaz de se cuidar. Essa teoria determina conscientização nas pessoas, definindo idéias que possa levá-las a um comportamento mais suscetível quanto a sua condição de saúde.

> A estratégia do autocuidado fundamenta-se na concepção do homem como um ser capaz de refletir sobre si mesmo e seus ambientes, simboliza aquilo que experimenta desenvolver e manter a motivação essencial para cuidar de si mesmo. Implica na execução de ações dirigidas pela e para a própria pessoa ou em direção ao ambiente com a finalidade de atender às necessidades próprias identificadas, de maneira a contribuir para a manutenção da vida, saúde e bem-estar. (MACEDO & MORAIS, 2016, p. 97)

De acordo com Farias e Nóbrega (2000, p. 59), durante a aplicabilidade das atribuições da enfermagem, o autocuidado deve ser uma das técnicas propostas, para que o paciente seja estimulado a participar de forma ativa na terapêutica, ao mesmo tempo em que se torne parte do processo de forma consciente.

Dentro do campo da maternidade, o autocuidado pode ser visto por várias óticas. O pré-natal, por exemplo, é um modelo de autocuidado, ou seja, é um processo de acompanhamento e orientação, que sendo aplicado de forma correta, respeitando todas as orientações, pode evitar complicação durante e depois da gestação, assim como, também, já garante o cuidado com possíveis gestações futuras.

Tal afirmação pode ser defendida nas palavras de Baião e Deslandes (2006 apud Macedo e Morais, 2016, p. 98) quando estes enfatizam que “uma das formas de autocuidado é o pré-natal, onde a gestante reconhece a necessidade da busca de um acompanhamento especializado que possa monitorar e estabelecer medidas de cuidado”.

“Durante a gravidez a mulher passa por diversas mudanças, ocasionando algumas demandas e déficits de autocuidado, que precisam ser compensados e supridos de forma a preservar o seu bem-estar e manter a sua saúde” (FARIAS & NOBREGA, 2000, p. 65).

Em muitos casos, em decorrência de uma gravidez indesejada, ou até mesmo de alto risco, as mulheres passam a desenvolver certo nível de ansiedade e medo, e por causa dessas manifestações, deixam de lado alguns cuidados necessários com sua própria saúde.

Da Silva et al (2019) corrobora a máxima ressaltando que, as alterações fisiológicas ocorridas durante a gravidez sejam elas sutis ou marcantes, estão entre as mais acentuadas que o corpo humano pode sofrer, gerando medos, dúvidas,

angústias, fantasias ou simplesmente curiosidade em relação às transformações ocorridas no corpo.

O enfermeiro ocupa um papel importante no acompanhamento às gestantes de baixo e de alto risco, que necessitam de recomendações e cuidados, a fim de prevenir a prematuridade e ou riscos à sua saúde e a do concepto (FARIAS & NOBREGA, 2000, p. 65).

Aplicar o autocuidado é uma prática de grande fundamentação para as atribuições da enfermagem, principalmente diante de gestantes. Como mantenedor da saúde e do bem-estar de seus pacientes, é imprescindível que o enfermeiro seja um adepto do autocuidado em suas práticas.

6. **Análise e Discussão**

Em relevância dos dados apresentados acima, compreende-se a mortalidade materna como um problema de saúde pública, não apenas de ordem especifica do Brasil, mas também de todo o mundo. Vale ressaltar que as maiores decorrências estão presentes em regiões subdesenvolvidas ou em processo de desenvolvimento, que seria o caso do Brasil.

De acordo com Ferraz e Bordignon (2011, p. 527), os coeficientes de mortalidade materna no Brasil apontam para desigualdades regionais, apresentando uma realidade que necessita de intervenções na área da saúde, para que se tenham indicadores satisfatórios no setor materno-infantil.

Chama atenção o fato de que, mesmo sendo uma situação decorrente, na maioria das vezes, essas mortes poderiam ser evitadas, desde que houvesse um processo qualitativo contando do início da gestação até o puerpério.

Percebe-se que vários atenuantes podem ocasionar eventos que possibilitem as complicações gestacionais, problemas hipertensivos, hemorragias, infecções e abortos são alguns dos exemplos, conforme abordado por Richartz (1999).

Além disso, ressaltado por Ferraz e Bordignon (2011), a condição social também influencia para esse aumento no número mortes, tais como gestações em

mulheres solteiras, mulheres jovens, mulheres com baixa escolaridade e em muitos casos, mulheres de raça/cor parda.

Segundo Viana, Novaes e Calderon (2011, p. 141), para reduzir esta tragédia é necessário o comprometimento político, social e econômico com a saúde, para promover as reformas necessárias na assistência ao ciclo gravídico-puerperal.

Os autores ressaltam a falta de responsabilidade do governo com a saúde, considerando que essa situação negativa poderia ter maior evitabilidade, em caso de promoção de um sistema de saúde de qualidade.

No que tange ao papel da enfermagem associada à questão da mortalidade materna, entende-se que a assistência na Atenção primária, pode proporcionar condições do acolhimento e diagnostico precoces, promovendo uma coligação entre instituições de saúde, que permite a percepção de problemas com antecedência, objetivando o prosseguimento da assistência.

O acompanhamento por parte dos profissionais de enfermagem favorece a inserção junto às gestantes para a realização de todos os procedimentos de saúde necessários ao cuidado do ciclo gravídico.

O pré-natal, que também pode ser considerado uma ação de autocuidado, quando feito com responsabilidade e organização, pode evitar que a grávida possa contrair algum tipo de doença ou apresentar alguma complicação futura.

Tal afirmação pode ser confirmada nas palavras de Ferraz e Bordignon (2011, p. 535), quando os mesmos ressaltam que um acompanhamento pré-natal de qualidade pode reconhecer precocemente grupos vulneráveis e fatores de risco à morbidade e mortalidade, poderia permitir intervenções adequadas e o correto planejamento do parto, com atendimento institucional apropriado.

O enfermeiro tem autonomia para intervir junto ao processo assistencial, dentro da atenção primaria, mediante a consulta de enfermagem estabelecendo um vínculo com a cliente, passando orientações, planejando estratégias, conciliando as condições das mulheres grávidas e sua família, atuando como educador.

Segundo dados do Ministério da Saúde, na prática profissional da enfermeira da APS, a autonomia é exercida em espaços regulados por diversos dispositivos

legais, dentre eles a Política Nacional de Atenção Básica, (BRASIL, 2017 apud PEREIRA & OLIVEIRA, 2018, p. 628).

Os autores ainda complementam dizendo que, “houve aumento da autonomia profissional da enfermeira na APS, notadamente pela atuação clínica respaldada por protocolos assistenciais, com a possibilidade de solicitar e avaliar exames complementares e prescrever medicamentos”. (PEREIRA & OLIVEIRA, 2018, p. 632).

Quando a população possui assistência e orientação, é possível tomar decisões mais assertivas, tendo em mente a consideração de sua condição. “O planejamento familiar favorece a redução da mortalidade materna, com quedas dos níveis de gravidez indesejada, além de reduzir o número de filhos e aumentar o intervalo entre as gestações”. (VIANA, NOVAES & CALDERON, 2011, p. 147).

Caçador et al (2015, p. 613) complementa a informação, ressaltando que “a presença do enfermeiro na Estratégia de Saúde da Família (ESF) tem se mostrado fundamental para a expansão e consolidação dessa estratégia na reorganização do modelo de atenção à saúde no Brasil”.

Tal procedimento, não resolve a questão da mortalidade, mas evita que novas ocorrências possam acontecer com maior freqüência. Além disso, posiciona o enfermeiro, gerindo a equipe multidisciplinar, buscando a melhoria nesses índices de mortalidade materna.

O enfermeiro na ESF se depara com a possibilidade de ampliar sua autonomia por meio de uma prática sustentada na perspectiva da integralidade e do cuidado às famílias e comunidade em todo o seu ciclo de vida (CAÇADOR et al, 2015, p. 618).

Para tanto, o enfermeiro precisa estar sempre disposto a se aprimorar. A busca por conhecimento deve ser um desejo constante de qualquer profissional, principalmente daqueles que trabalham diretamente com a vida das pessoas.

Nas palavras de Carvalho (2020), a enfermagem é uma área que está sempre se modernizando, sua luta é constante para se manter dentro dos avanços tecnológicos e científicos, e para tal, o ofício de Educação Continuada em

enfermagem surge oferecendo aos servidores conhecimentos para uma performance eficaz.

As ações definidas por Carvalho defendem a necessidade de estar sempre buscando meios que possa tornar a enfermagem mais objetiva e eficaz em suas atribuições. É correto dizer que aprimorar os conhecimentos, não só aumenta as possibilidades de crescimento profissional, como também universaliza sua visão de mundo, fazendo com que seja possível enxergar as pessoas de uma forma diferente.

As ações dos programas de educação continuada devem estimular nos educandos o repensar sobre os valores profissionais, que resulte na melhoria do processo de cuidar (SILVA, CONCEIÇÃO & LEITE, 2008, p. 49).

A proposta dos autores reforça a idéia do cuidado associado ao processo capacitatório, associando a concepção de que é preciso ter conhecimento para saber conhecer e entender as pessoas.

7. Considerações Finais

Em face do exposto, fica claro como o profissional de enfermagem tem papel significativo na prevenção da mortalidade materna. Suas atribuições configuram ferramentas de grande valia nas ações de manutenção e cuidado com a saúde de seus pacientes, corroborando a narrativa de que o enfermeiro é um profissional multitarefa, mas que ao mesmo tempo reproduz organização, coletividade e empatia.

A mortalidade materna representa uma tragédia planejada, ou seja, algo que é visivelmente evitável, e que pode ser facilmente controlada desde que ações de políticas públicas sérias e idôneas sejam aplicadas de forma correta, no sistema público de saúde.

Entende-se que a participação da enfermagem e da sua equipe, através dos conhecimentos e práticas do autocuidado e do planejamento para com seus pacientes, pode estabelecer parâmetros de atendimento e assistência eficientes,

que através da coletividade e da organização, muitas patologias e complicações podem ser percebidas com antecedência, evitando com isso, a possibilidade de levar perigo à mulher gestante.

A prática do profissional de enfermagem dentro da ESF, em consideração à atenção primária, evidencia como o conhecimento do enfermeiro pode fazer a diferença na hora de receber a mulher gestante, e a partir daí conhecer suas limitações e emoções, propondo através do planejamento e de estratégias, orientações e cuidados com a paciente.

O dinamismo e responsabilidade com suas funções justificam sua autonomia dentro da ESF, desenvolvendo ações inovadoras, que reforçam a importância de estar sempre em busca da educação continuada, a fim de especializar-se em práticas de variadas naturezas.

Portanto, o profissional de enfermagem configura-se fator preponderante no ambiente da APS, trabalhando diretamente, em parceria com a equipe multiprofissional nas práticas de assistencialismo e atendimento familiar, ministrando ações e propostas que possam ajudar na redução da mortalidade materna. Seu trabalho com planejamento familiar e a sua autonomia na atenção primaria confirmam sua importância nas contribuições para a redução da mortalidade materna.

Referências

BRASIL, Código Civil. **Lei nº 7498**, de 25 de junho e 1986. Brasília. 1986. Disponível em:<http://www.cofen.gov.br/lei-n-749886-de-25-de-junho-de-1986_4161.html>. Acesso em 24/09/2021.

CAÇADOR, Beatriz S., BRITO, Maria José M., MOREIRA, Danielle, REZENDE, Lilian C. & VILELA, Glaúcia. **Ser enfermeiro na estratégia de saúde da família: desafios e possibilidades**. REME Revista Mineira de Enfermagem. V. 19. Pg. 612-619. 2015. Disponível In:<https://cdn.publisher.gn1.link/reme.org.br/pdf/v19n3a07.pdf>. Acesso em 16/09/2021.

CARVALHO, Juliana D. **A Importância da Educação Continuada em Enfermagem**. Revista Saberes da Faculdade São Paulo - FSP. V.12. N.1. 2020. Disponível In<https://facsaopaulo.edu.br/wp-content/uploads/sites/16/2020/06/A-IMPORTANCIA-DA-EDUCA%C3%87%C3%83O-CONTINUADA-NA-ENFERMAGEM..pdf>. Acesso em 18/09/2021.

CASTRO, Antônia T., LOPES, Jessica K., & FARIAS, Quitéria Larissa. **Planejamento familiar na gestação: vivência de internas de enfermagem na Atenção Primária à Saúde**. UFU. Revista Educação Popular, Uberlândia, v. 19, n. 3, p. 306-318. 2020. Disponível In.<http://www.seer.ufu.br/index.php/reveducpop/article/view/52921/30303>. Acesso em 18/09/2021.

CHAVES, Ana Cláudia C., DE MEDEIROS, Soraya Maria. DE OLIVEIRA, Jonas S. & GOMES, Maximiana Gláucia C. **Autonomia Profissional do Enfermeiro na Estratégia Saúde da Família: Revisão integrativa**. REUOL Revista de Enfermagem UFPE Online. V. 8. Recife. Pg. 3718-3726. 2014. Disponível. In.<https://periodicos.ufpe.br>. Acesso em 16/09/2021.

COSTA, M. de F. B. et al. **Contribuições da assistência pré-natal na Atenção Primária à Saúde no Brasil para prevenção da mortalidade materna: Revisão integrativa de 2015 a 2019**.Research, Society and Development, v. 10, n.3, 2021. Disponível. In:<https://www.rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/13207/12265.>. Acesso em18/06/2021.

DA SILVA, Júlio Cesar B., BORBA, Amanda de M., SANTOS, Amanda B., FERRAZ, Ana Clícia D., SILVA, Giselly de A., SILVA, Laís Carolina, CALADO, Raíssa S., CAVALCANTE, Mayara Sabrina, MELO, José Everton & CARVALHO, Maria Valéria. **Aplicação da sistematização da assistência de enfermagem em gestantes atendidas no pré-natal**. Portal Regional da BVS. Rev. Ciênc. Plur. v. 5, pg.89-102. 2019. Disponível In.:<https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/biblio-1047378?src=similardocs>. Acesso em 18/09/2021.

DIAS, Júlia Maria G., OLIVEIRA, Ana Patrícia S., CIPOLOTTI, Rosana, MONTEIRO, Bruno K. & PEREIRA, Raisa. **Mortalidade Materna**. Revista Medica de Minas Gerais. Artigo v. 25. pg. 173-179. 2015. Disponível em:<http://www.rmmg.org/artigo/detalhes/1771>. Acesso em 24/09/2021.

DIAS, Ricardo Aubin. **A importância do Pré Natal na Atenção Básica**. Universidade Federal de Minas Gerais. Curso de Especialização. Trabalho de Conclusão de Curso. Teófilo Otoni. 2014. Disponível In:<https://www.nescon.medicina.ufmg.br/biblioteca/imagem/Importancia_pre_natal_aten%C3%A7ao_basica.pdf>. Acesso em 18/09/2021.

FARIAS, Maria do Carmo A. & NOBREGA, Maria Miriam L. **Diagnósticos de Enfermagem numa gestante de alto risco baseados na teoria do Autocuidado de Orem: Estudo de Caso**. Rev. Latino Americana de Enfermagem. Ribeirão Preto, v. 8, n. 6, pg. 59-67,2000. Disponível in.:<https://www.scielo.br/j/rlae/a/cB6WpgB6ffWX7XKSQVWR7pK/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em 12/09/2021.

FERRAZ, Lucimare & BORDIGNON, Maiara. **Mortalidade Materna no Brasil: Uma realidade que precisa melhorar.** Revista Baiana de Saúde Pública. V.36, n.2, p.527-538. Artigo. 2012. Disponível. In:<https://rbsp.sesab.ba.gov.br/index.php/rbsp/article/view/474/pdf_150>. Acesso em 16/09/2021.

FERREIRA, Sandra Rejane S., PÉRICO, Lisiane Andréia D. & DIAS, Vilma Regina F. **A complexidade do trabalho do enfermeiro na Atenção Primária à Saúde.** Revista Brasileira de Enfermagem. Contribuições e Desafios das práticas de Enfermagem em saúde coletiva. 2017. Disponível. In:<https://www.scielo.br/j/reben/a/qTVY5r3JLdL8xcTHNf9ZhxF/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em 16/09/2021.

FOSTER, Peggy C., JANSSENS, N.P. D.E.O. In: GEORGE, J.B. et al. **Teorias de Enfermagem: os fundamentos à prática profissional.** Porto Alegre: Artes Médicas,

1993. Cap. 7, p. 90-107. Disponível em:<https://pt.slideshare.net/nayarakalline1/teorias-de-enfermagem-os-fundamentos-prtica-profissional-julia-b-george>. Acesso em 23/09/2021.

MACÊDO, Kamilla A. & MORAIS, Liévrê X. **Contribuições de Enfermagem em ações educativas à gestante para o autocuidado no período gestacional**. Faculdade Serra da Mesa. Revista Fasem Ciências. V.9, n.1. Pg. 97-116. 2016. Disponível In.:<https://revista.fasem.edu.br/index.php/fasem/article/view/99>. Acesso em 18/09/2021.

MENEZES, Maynne Leticia & LEITÂO, Cristhiane Patrícia. **O papel do Enfermeiro no planejamento familiar: um relato de experiência**. Centro universitário Vale do Ipojuca. Even3. Anais da Mostra de Pesquisa em Ciência e Tecnologia 2017. Resumo Extendido. 2017. Disponível In.:<https://www.even3.com.br/anais/mpct2017/47223-o-papel-do-enfermeiro-no-planejamento-familiar--um-relato-de-experiencia/>. Acesso em 17/09/2021.

QUENTAL, Libna L. NASCIMENTO, Lilia C. LEAL, Léa C. DAVIM, Rejane M. & CUNHA, Isabelle Cristina B. **Práticas Educativas com Gestantes na Atenção Primária à Saúde**. REUOL. Revista de Enfermagem UFPE Online. Artigo. Recife. 2017. Pg. 5370-5381. Disponível. In<http://periodicos.ufpe.br>. Acesso em 18/09/2021.

PEREIRA, Juliana G. & OLIVEIRA, Maria Amélia. **Autonomia da Enfermeira na Atenção Primária: das práticas colaborativas à prática avançada**. Acta Paul Enferm. Escola Paulista de Enfermagem. Universidade Federal de São Paulo. V. 31. Pg. 627-635. 2018. Disponível In:<https://www.scielo.br/j/ape/a/RYqyjz7Xdt6ZrtXT9RhKJ9Q/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em 16/09/2021.

RICHARTZ, Liliam Isabel. **O Cuidado de Enfermagem às mulheres gestantes e puérperas fundamentado na teoria do autocuidado de Dorothy E. Orem**.

Universidade Estadual de Santa Catarina. Centro de Ciência e Saúde. Trabalho de Conclusão de Curso. Florianópolis. 1999. Disponível In.:<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/107849/241524.pdf?sequence=1>. Acesso em 17/09/2021.

SANTOS, Renata A., OLIVEIRA, Helaine Maria, GOUVÊA, Abilene, LOPES, Ana Lúcia F. & PINTO, Elizete Leite. **Planejamento Familiar: Uma proposta Educativa para gestantes de Alto Risco**. 17º SENPE – Seminário Nacional de Pesquisa em Enfermagem. 2013. Disponível in.:<http://www.abeneventos.com.br/anais_senpe/17senpe/pdf/1442po.pdf>. Acesso em 16/09/2021.

SCARTON, Juliane et al. **Mortalidade materna: causas e estratégias de prevenção**. Research, Society and Development, v. 9, n.5, 2020. Disponível In:<https://www.rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/3081/5343>.Acesso em18/06/2021.

de Azevedo Teixeira, D., de Carvalho Hott, R., Honorato, M., Furtado, H. V. V., Onofri, L., & de Castro, L. A. ANÁLISE MICROBIOLÓGICA DOS AMBIENTES DAS SALAS DE OBSERVAÇÃO DE UM HOSPITAL NO VALE DO MUCURI-MG. *Revista Multidisciplinar do Nordeste Mineiro–Unipac ISSN*, *2178*, 6925.

SILVA, Milena F., DA CONCEIÇÂO, Fabiana A. & LEITE, Maria Madalena. **Educação Continuada: um levantamento de necessidades da equipe de enfermagem**. O Mundo da Saúde. v. 32. pg. 47-55. 2008. Disponível In:<https://bvsms.saude.gov.br/bvs/periodicos/mundo_saude_artigos/educacao_continuada.pdf>. Acesso em 16/09/2021

VIANA, Roseane C., NOVAES, Maria Rita C. & CALDERON, Iracema. **Mortalidade Materna: Uma abordagem atualizada**. Com. Ciências e Saúde. 22 sup. Artigo de Revisão. Pg.141-152. 2011. Disponível. In:<https://bvsms.saude.gov.br/bvs/artigos/mortalidade_materna.pdf>. Acesso em 16/09/2021.